

Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

ara os devidos fins.

para es devidos fins.

Conceição de Maria Lages Rodrigues Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Rubens

para relatar.

Em 09/05/2

Presidente da Comissão de Fiscalização Controle, Finanças de Butação



PARECER DO RELATOR DEPUTADO RUBENS VIEIRA À MENSAGEM Nº 63/ 2023, PROJETO DE LEI Nº 27, DE 11 DE ABRIL DE 2023, DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

> EMENTA: Dispõe sobre a instituição do programa de incentivo aos atletas e técnicos no âmbito do Estado do Piauí, denominado Bolsa Atleta Piauí, e da outras providências.

I. RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos dos artigos 132 e seguintes, do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os artigos nº 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

O Presente PROJETO DE LEI de autoria do Excelentíssimo Governador do Estado do Piauí, através da MENSAGEM Nº 63/ 2023, tem como objetivo instituir o programa de incentivo aos atletas e técnicos no âmbito do Estado do Piauí, denominado Bolsa Atleta Piauí, e dar outras providências.

Apresenta como justificativa a necessidade de conceder bolsas às pessoas praticantes e treinadores de desporto de rendimento, visando valorizar e beneficiar atletas e técnicos representantes do Estado do Piauí em competições internacionais, nacionais, regionais, estaduais e municipais, prioritariamente, em modalidades olímpicas e paraolímpicas reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro ou pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro, sem prejuízo da análise e deliberação das demais modalidades reconhecidas pelo Ministério do Esporte.



Pela Proposição, serão concedidos aos atletas amadores e seus técnicos, representantes do Estado do Piauí, incentivos em dinheiro, cujos valores serão definidos em Decreto do Chefe do Poder Executivo, o que segundo o mesmo, facilitará futuros aumentos à medida que houver possibilidades fiscais. Os valores serão pagos mensalmente, conforme o projeto e edital aprovado pela Secretaria de Estado dos Esportes. O Projeto prevê ainda a revogação da Lei nº 7.047, de 16 de outubro de 2017.

Seguindo o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a proposição seguiu para análise da Comissão de Constituição e Justiça, (CCJ), a qual proferiu parecer pela aprovação da matéria, sendo posteriormente encaminhada para apreciação desta Douta Comissão.

Eis o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Diante de todo o anteriormente exposto, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 62, IV do Regimento Interno desta Ínclita Casa Legislativa.

O referido projeto visa instituir o programa de incentivo aos atletas e técnicos no âmbito do Estado do Piauí, denominado Bolsa Atleta Piauí em substituição a Lei nº 7.047, de 16 de outubro de 2017. Através de seu artigo 4º, § 1º a proposta esclarece como se dará o benefício: "Artigo 4º (...) § 1º. A Bolsa Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme valor e quantitativos estabelecidos por modalidade e definidos em edital, observado o limite definido na Lei orçamentária."

Por oportuno, a análise de mérito se resume na conveniência e oportunidade da matéria tratada na proposição de lei, ou seja, se a Lei é o meio adequado para atingir o objetivo almejado e se possui relevância e interesse público. Da análise da matéria, constata-se a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao investimento das práticas desportivas e da atualização da legislação existente sobre o



tema, de forma a garantir o exercício efetivo do direito ao esporte e lazer pelos cidadãos e atletas piauienses.

Quanto ao exame dos aspectos financeiros e orçamentários públicos, o objetivo desta Comissão em relação a quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, é analisar a sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual, conforme estabelece o artigo 30, inciso IX, combinado com o artigo 31, inciso IV, artigo 34, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Na forma em que se apresenta, a ação pretendida no projeto ora em apreciação, tem adequação tanto na Lei nº 7.326, de 30 de dezembro de 2019, que trata do Plano Plurianual 2020/2023, quanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO para 2023 (Lei nº 7.850, de 03 de agosto de 2022), posto que o presente projeto trata de temas alcançados pela Lei nº 7.047, de 16 de outubro de 2017, esta já considerada pelo Poder Executivo Estadual durante a elaboração do PPA 2020/2023 e LDO 2023. Portanto, o Projeto de Lei em exame não apresenta qualquer inadequação e incompatibilidade.

No que diz respeito ao disposto na Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto ora em análise não afetará as metas de resultados fiscais previstas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, pois os recursos necessários serão previstos na Lei de Meios, entendendo-se, portanto, que as metas e valores serão determinados quando do planejamento estatal, conforme assinala o artigo 4º, § 1º do Projeto de Lei.

Por fim, oportuno ressaltar que o fomento aos esportes de alto rendimento são uma forma de promover o Estado do Piauí, através dos resultados alcançados pelos atletas e cidadãos piauienses, tornando-os motivo de orgulho nacional. Ademais, o presente Projeto de Lei objetiva superar a falta de condições materiais para o treinamento dos atletas piauienses, muitas vezes oriundos de locais de alta vulnerabilidade social, auxiliados por projetos sociais com poucos recursos, e que através da instituição do presente Projeto de Lei Bolsa Atleta Piauí, passam a contar com valores que possam auxiliá-los ainda que parcialmente.



Assim, considerando apreciação já realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual proferiu parecer pela aprovação da matéria encaminho proposta nos seguintes termos.

Pelo o exposto, observando a grande importância do Projeto de Lei e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, **manifesto-me favoravelmente à aprovação** da MENSAGEM Nº 63/ 2023, PROJETO DE LEI Nº 27, DE 11 DE ABRIL DE 2023.

III. PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

- (x) Aprovação.
- () Rejeição.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), __de_______de 2023.



Avenida Marechal Castelo Branco, 201-N - Cabral - Teresina/PI (86) 3133-3392